

ATAS

ATA Nº 21

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e quarenta minutos, reuniu nos Paços do Concelho da Chamusca, sito Rua Direita de S. Pedro, a assembleia geral da sociedade RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, S.A., com o capital social de €50.000,00 (cinquenta mil euros), pessoa coletiva número único de identificação NIPC 515332607, com sede na Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, 2140-671 Carregueira, Chamusca.

A presente reunião foi regularmente convocada nos termos dos Estatutos pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Relatório e Contas 2025 - análise e deliberação

Ponto 2 - Relatório de Análises Comparativas das Projeções 2025 - análise e deliberação

Ponto 3 - Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento 2025 - análise e deliberação

Ponto 4 - Relatório de Avaliação do CGD - análise e deliberação

Ponto 5 - Relatório de Governo Societário 2025 - análise e deliberação

Ponto 6 - Tabela de Preços 2026 - análise e deliberação

Ponto 7 - Contrato de Gestão Delegada e Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro - informação

Ponto 8 - Contratação de Empréstimo Bancário - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa, confirmou que a Assembleia foi regularmente convocada nos termos estatutários e, conforme folha de presenças que fica anexa à presente ata, encontrava-se representado 100% do capital social, conferido o cumprimento do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade. Foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pedro Gouveia, iniciada a Assembleia Geral.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pedro Gouveia, iniciou a ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Relatório e Contas 2025 - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que por sua vez passou a palavra ao Diretor Geral, Joel Nunes Marques, para apresentação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025.

O Diretor Geral explicou que o documento foi elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, evidenciando um volume de negócios de 13.115.101,91 euros, o que representa um crescimento de 15,31% face ao ano anterior, e um resultado líquido positivo de 222.384,70 euros, demonstrando a qualidade da gestão desenvolvida num contexto de acentuadas restrições financeiras. Salientou ainda que os Fornecimentos e Serviços Externos se situaram em 4.209.103,47 euros, refletindo uma gestão rigorosa dos custos operacionais, e que os investimentos realizados ascenderam a 1.296.568,75 euros, embora aquém das necessidades identificadas no PAPERSU 2030 e na Declaração de Impacto Ambiental.

Após a apresentação, os representantes dos Municípios de Santarém, Alcanena e Golegã intervieram para manifestar a sua satisfação com os resultados alcançados, realçando a capacidade da administração para manter a empresa financeiramente equilibrada apesar das dificuldades.

Após discussão, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, bem como a proposta de aplicação de resultados que destina 22.238,47 euros para reservas legais e 200.146,23 euros para resultados transitados.

Ponto 2 - Relatório de Análises Comparativas das Projeções 2025 - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que solicitou ao Diretor Geral que procedesse à apresentação do Relatório de Análises Comparativas das Projeções para o exercício de 2025.

O Diretor Geral expôs que o documento confronta os valores reais com as projeções constantes do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira de 2018, evidenciando desvios significativos, designadamente no ativo total e no capital próprio, que resultam fundamentalmente do método utilizado para a determinação do justo valor dos ativos aquando da cessão do estabelecimento da Resitejo, bem como da não concretização de receitas previstas com a Ecolezíria e com resíduos

industriais, situações que não eram controláveis pela empresa. Explicou ainda que os gastos com pessoal se revelaram superiores aos projetados devido à manutenção do quadro de colaboradores para fazer face às crescentes exigências operacionais e regulamentares, ao contrário do que estava previsto.

Após ampla discussão, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar o Relatório de Análises Comparativas das Projeções relativo ao exercício de 2025.

Ponto 3 - Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento 2025 - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que passou a palavra ao Diretor Geral para apresentação do Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimentos.

O Diretor Geral evidenciou que o volume de negócios apresentou uma execução de 99,8% face ao orçamentado, com um acréscimo de 15,3% face ao exercício anterior, e que os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma redução de 20% face ao orçamento, traduzindo uma poupança de 1.032.962 euros, enquanto os Gastos com Pessoal foram 3% inferiores ao orçamentado. Salientou, contudo, que no plano de investimentos a taxa de execução global se situou em apenas 5,7%, tendo sido realizados investimentos de 1.346.539 euros face a uma previsão de 23.570.109 euros, justificando-se esta reduzida taxa pela insuficiência de meios financeiros disponíveis e pela ausência de um enquadramento contratual estável que permitisse a programação adequada dos investimentos.

Os representantes dos Municípios do Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Alcanena intervieram para realçar a qualidade da gestão corrente, que permitiu gerar uma poupança significativa nos gastos, mas manifestaram preocupação com a reduzida execução do plano de investimentos, sublinhando que esta situação compromete a capacidade da empresa para responder aos desafios da Declaração de Impacto Ambiental e do PAPERSU 2030, sendo unânime a conclusão de que tal evidencia a necessidade urgente de alinhar os documentos financeiros com a realidade actual.

Após troca de impressões, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar o Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento relativo ao exercício de 2025.

Ponto 4 - Relatório de Avaliação do CGD - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que por sua vez solicitou ao Diretor Geral que apresentasse o Relatório de Avaliação do Contrato de Gestão Delegada para o quinquénio 2020-2024.

O Diretor Geral informou que o Plano Plurianual de Investimentos previsto para aquele período foi cumprido com sucesso, atingindo uma execução global de 97,89% em 2024, demonstrando a capacidade de realização da sociedade, especialmente através de operações financiadas pelo POSEUR. Referiu ainda que, ao longo do período, foram implementadas iniciativas estratégicas importantes, como a recolha seletiva porta-a-porta em todos os dez municípios, com 16 circuitos em curso, e a realização anual de campanhas de sensibilização ambiental, destacando-se ainda a conclusão de projetos como a ampliação e adaptação tecnológica da UTMB e a peletização de CDR.

Os representantes dos Municípios da Golegã, Chamusca e Vila Nova da Barquinha reconheceram o trabalho desenvolvido pela empresa no cumprimento das metas contratuais, sublinhando, contudo, que o contexto legal e regulamentar alterou-se profundamente desde a celebração do contrato, sendo necessário um novo instrumento contratual que reflita as atuais exigências do PERSU 2030 e as condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental.

Após análise, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar o Relatório de Avaliação do Contrato de Gestão Delegada.

Ponto 5 - Relatório de Governo Societário 2025 - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que passou a palavra ao Diretor Geral para apresentação do Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025.

O Diretor Geral expôs que o documento sistematiza as práticas de bom governo adotadas pela RSTJ, dando cumprimento ao disposto no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e que a empresa cumpriu todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis em matéria de governo societário, designadamente quanto à divulgação da estrutura de capital, à submissão da informação financeira ao Revisor Oficial de Contas, à elaboração do relatório de

ATAS

prevenção da corrupção, à adoção do Código de Ética e Conduta, à implementação de políticas de recursos humanos e planos de igualdade, e ao cumprimento das obrigações de comunicação de participações patrimoniais e conflitos de interesse.

Após debate, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025.

Ponto 6 - Tabela de Preços 2026 - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que solicitou ao Diretor Geral que apresentasse a proposta de Tabela de Preços para o ano de 2026.

O Diretor Geral explicou que o fator de atualização foi calculado com base nos dados disponíveis sobre variações do índice do custo da mão-de-obra, do preço do gasóleo, do preço da eletricidade e do índice harmonizado de preços no consumidor, resultando num fator de 1,0621, e que os ajustes propostos são necessários para concorrer para a sustentabilidade financeira da empresa, considerando os custos crescentes associados à operação dos serviços.

Após discussão, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, aprovar a Tabela de Preços para o ano de 2026, nos termos da proposta apresentada.

Ponto 7 - Contrato de Gestão Delegada e Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro - informação

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que solicitou ao Diretor Geral que procedesse à apresentação do novo Contrato de Gestão Delegada para o período 2026-2030 e do respetivo Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, a título informativo.

O Diretor Geral expôs detalhadamente o contexto que justifica a necessidade de aprovação deste novo instrumento contratual, designadamente o desalinhamento estrutural do contrato anterior, a evolução dos custos operacionais, as exigências decorrentes da Declaração de Impacto Ambiental cujo prazo de validade termina em julho de 2027, e as metas ambientais do PERSU 2030. Informou que a proposta já foi remetida à ERSAR para emissão de parecer prévio e que o novo contrato incorpora um plano de investimentos de aproximadamente 48,3 milhões de euros para o primeiro quinquénio, destinados a modernizar infraestruturas críticas e a garantir o cumprimento das obrigações legais e ambientais.

Seguiu-se uma ampla discussão, tendo sido abordados temas essenciais como a urgência na aprovação do contrato para viabilizar os investimentos, a necessidade de assegurar o cumprimento das condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental sob pena de comprometer a licença de operação da empresa, a importância da execução dos investimentos cofinanciados por fundos comunitários para não perder o financiamento já aprovado, e a relevância de um estudo de viabilidade atualizado que reflita a realidade operacional e financeira da empresa. Foi unânime o reconhecimento de que este novo contrato constitui o alicerce indispensável para a viabilidade da empresa e para a continuidade do serviço público essencial prestado aos municípios da região.

O Presidente da Mesa deu por concluída a apresentação deste ponto, fazendo constar da ata o seu conteúdo para conhecimento de todos os acionistas.

Ponto 8 - Contratação de Empréstimo Bancário - análise e deliberação

O Senhor Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, que passou a palavra ao Diretor Geral para apresentação da proposta de contratação de empréstimo bancário até ao montante de 1.300.000,00 euros. O Diretor Geral explicou que o financiamento se destina à cobertura da parte não participada dos investimentos aprovados no âmbito da operação ALT2030-FEDER-03100000 – “Modernização e Reconversão de Instalações de Tratamento”, designadamente a aquisição de nova linha de valorização dedicada de biorresíduos de recolha seletiva, a requalificação dos pavilhões de compostagem e armazenamento de composto, e a empreitada de selagem da célula 1 do aterro sanitário, intervenções fundamentais para o cumprimento da Declaração de Impacto Ambiental e das metas do PERSU 2030. Acrescentou que a análise financeira demonstra a robustez da posição da RSTJ e a sua ampla capacidade para assumir o presente financiamento, tendo o Fiscal Único já emitido parecer prévio favorável.

Os representantes dos Municípios de Alcanena e Vila Nova da Barquinha questionaram as condições contratuais propostas e o prazo de amortização, tendo o Diretor Geral esclarecido que o procedimento será aberto a várias instituições financeiras para garantir as melhores condições para a empresa, designadamente um prazo global até 180 meses, com carência de capital de 18 meses, e uma taxa de juro indexada à Euribor a 12 meses acrescida de spread.

ATAS

Após análise das condições e da fundamentação apresentada, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, correspondente a 100% do capital social presente, autorizar a contratação do empréstimo bancário até ao montante de 1.300.000,00 euros, nos termos e condições propostos.

Verificando-se estar concluída a ordem de trabalhos e não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinquenta minutos. Tendo de imediato sido lavrada a presente ata, que depois de lida foi aprovada e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



O 1.º Secretário da Assembleia Geral

O 2.º Secretário da Assembleia Geral

